Banco Moneo S.A.

CNPJ: 07.441.209/0001-30
NIRE 43 3 0004531-5

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**373.809**	**336.003**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	**56.506**	**43.296**
Disponibilidade		11	10
Aplic. Interfinan. de Liq.		56.495	43.286
Aplic. em oper. comprom. - LTN		56.495	43.286
Ativo Realiz. em até 12 Meses		**317.303**	**292.707**
Operações de Crédito		281.339	265.797
Setor Privado	5.a.1	293.646	279.616
Prov. p/ perd. esp. assoc. ao risco de créd.	5.e	(12.307)	(13.819)
Outros Créditos		33.758	18.001
Títulos e créditos a receber	5.a.2	31.766	15.889
Prov. p/ perd. esp. assoc. ao risco de créd.	5.e	(677)	(272)
Outros créditos diversos	6	2.669	2.384
Outros Valores e Bens	7	2.206	8.909
Não Circulante		**421.327**	**417.233**
Realizável a Longo Prazo		**419.654**	**415.515**
Operações de Crédito		389.147	377.872
Setor privado	5.a.1	401.848	393.621
Prov. p/ perd. esp. assoc. ao risco de créd.	5.e	(12.701)	(15.749)
Outros Créditos		30.507	37.643
Títulos e créditos a receber	5.a.2	8.093	8.932
Prov. p/ perd. esp. assoc. ao risco de créd.	5.e	(380)	(285)
Imposto de renda e CS diferidos	15.b	22.794	28.996
Investimentos		**103**	**100**
Cota Fundo Garantidor p/ Invest. - FGI		103	100
Imobilizado De Uso		**329**	**1.354**
Imobilizado de uso		1.102	2.033
Depreciações acumuladas		(773)	(679)
Intangível		**1.241**	**264**
Intangível		3.164	1.934
Amortizações acumuladas		(1.923)	(1.670)
Total do Ativo		**795.136**	**753.236**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**202.121**	**213.210**
Depósitos	8	**4.756**	**17.949**
Depósitos interfinanceiros		–	16.230
Depósitos a prazo		4.756	1.719
Obrig. por Rep. do País - Instit. Ofic.	9	**181.072**	**178.469**
BNDES		181.072	178.469
Outras Obrigações		**16.293**	**16.792**
Cobr. e arrec. de trib. e assemelh.		94	17
Sociais e Estatutárias		4.545	2.621
Fiscais e previdenciárias	10	5.602	9.702
Outras obrigações	11	6.052	4.452
Não Circulante		**351.248**	**312.851**
Depósitos	8	**28.059**	**25.201**
Depósitos a Prazo		28.059	25.201
Obrig. por Rep. do País - Instit. Ofic.	9	321.448	285.783
BNDES		321.448	285.783
Provisões Para Contingências		**1.741**	**1.540**
Provisões para contingências	12	1.741	1.540
Resultados de Exercícios Futuros		**–**	**327**
Receitas de exercícios futuros	13	–	327
Patrimonio Líquido	14	**241.767**	**227.175**
Capital Social		150.000	150.000
Reservas de lucros		91.767	77.175
Total do Passivo e Patrim. Líquido		795.136	753.236

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demostrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		150.000	9.483	59.279	–	218.762
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	11.034	11.034
Destinações:						
Dividendos propostos	13.c	–	–	–	(2.621)	(2.621)
Reservas de Lucros		–	552	7.861	(8.413)	–
Em 31 de dezembro de 2021		**150.000**	**10.035**	**67.140**	**–**	**227.175**
Variação do Exercício		–	552	7.861	–	8.413
Em 31 de dezembro de 2021		150.000	10.035	67.140	–	227.175
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	19.138	19.138
Ajuste de avaliação patrimonial						
Destinações:						
Dividendos propostos (nota 13 c)		–	–	–	(4.545)	(4.545)
Reservas de Lucros		–	957	13.636	(14.593)	–
Em 31 de dezembro de 2022		150.000	10.992	80.776	–	241.767
Variação do Exercício		–	957	13.636	–	14.593
Em 30 de junho de 2022		150.000	10.460	75.224	–	235.684
Lucro Líquido do Semestre		–	–	–	10.628	10.628
Destinações:						
Dividendos propostos	13.c	–	–	–	(4.545)	(4.545)
Reservas de Lucros		–	531	5.552	(6.083)	–
Em 31 de dezembro de 2022		**150.000**	**10.991**	**80.776**	**–**	**241.767**
Variação do Semestre		**–**	**531**	**5.552**	**–**	**6.083**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Saldos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Moneo S.A. ("Banco") com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de Banco Múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras de "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2025, sendo que Banco Moneo S.A , junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados. Como primeira ação em atendimento ao Art. 76 da Resolução, o Banco elaborou o Plano para a Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução disponibilizado ao Banco Central do Brasil, que é acrescentado de forma resumida a seguir: · Serão realizados estudos para classificação de Modelo de Negócio, Ativos e Passivos Financeiros, avaliações de métodos utilizados para reconhecimento e mensurações de instrumentos renegociados e reestruturados, avaliação de procedimento para baixa e transferência de ativos financeiros e os levantamentos de impactos trazidos pelos reenquadramentos necessários até o dia 30 de junho de 2023. Adicionalmente até a mesma data, será analisada a possibilidade de contratação de consultoria para as etapas seguintes. · A revisão da modelagem de risco e as necessidades de adequações em sistemas operacionais serão realizadas até 31 de dezembro de 2023. · Necessidades sistêmicas serão repassadas ao prestador de serviços até 31 de março de 2024, visando que sejam desenvolvidas e iniciados os testes até 30 de setembro de 2024. · Em paralelo aos estudos e desenvolvimentos, o Banco manterá de forma constante o acompanhamento de normas publicadas pelo órgão regulador e a revisão de com atualização e criação de políticas e procedimentos internos. · A divulgação e os treinamentos para as áreas envolvidas estão previstos para o terceiro trimestre de 2024. · Por fim, para as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 será elaborada Nota Explicativa detalhando os impactos produzidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Resolução CMN n° 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022, onde foi objeto de avaliação e análise por parte do Banco Moneo para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos, não gerando impactos significativos nesta Demonstração Financeira. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS: a. Alterações em práticas contábeis**: Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Apuração de resultados:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculado a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos que estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **e. Instrumentos financeiros:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(a) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(b) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **f. Investimentos:** Os investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização. **g. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização *("accrual")* das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo *("write-offs")* são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **i. Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 120. A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022 nos termos da MP 1.115/2022. Impostos Diferidos: Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **j. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **(a) Ativos contingentes** - São reconhecidos somente quando efetivamente ganhos ou quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **(b) Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **k. Captações e Emissões:** Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro. **l. Outros ativos e passivos**: Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisões para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). **m. Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **n. Resultados recorrentes/não recorrentes:** A resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco Moneo considera que o lucro líquido do Banco do 2° semestre de 2022 no montante de R$ 10.628 milhões e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 19.138 milhões, (em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 11.034 milhões) foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de caixa e equivalentes de caixa era composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Oper. Comprom. / Posição Bancada		
Disponibilidades	11	10
Letra do Tesouro Nacional - LTN	56.495	43.286
TOTAL	**56.506**	**43.296**

O valor aplicado refere-se a operações compromissadas com lastro em LTN, cujo resgate ocorre no dia subsequente e possui remuneração média de 95% do DI **5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO:** As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido. **a. COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR MODALIDADE: a.1 Composição operações de crédito**

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito		
Empréstimos	101.925	144.507
Títulos descontados	13.628	10.827
Compror	6.461	1.187
Financiamentos	573.480	516.716
Total	**695.494**	**673.237**
Circulante	293.646	279.616
Realizável a longo prazo	401.848	393.621
Total	**695.494**	**673.237**
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito		
Circulante	(12.307)	(13.819)
Realizável a longo prazo	(12.701)	(15.749)
	(25.008)	(29.568)
Total Líquido	**670.486**	**643.669**

a.2 Composição operações de outros crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos		
Outros créd. c/ caract. de conc. de créd. (nota 5.d)	39.859	24.820
Prov. p/ perdas esp. ass. ao risco de créd. (nota 5.d)	(1.057)	(557)
Total Líquido	**38.802**	**24.263**
Circulante	31.766	15.889
Realizável a longo prazo	8.093	8.932
	39.859	**24.821**
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito		
Circulante	(677)	(272)
Realizável a longo prazo	(380)	(285)
	(1.057)	**(557)**
	31/12/2022	**31/12/2021**
Total das oper. de crédito e outros créditos	735.353	698.057
Total das prov. p/ perdas esp. ass. ao risco de créd.	(26.065)	(30.125)
Total Geral Líquido	**709.288**	**667.932**

b. CONCENTRAÇÃO DOS MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO
b.1 Concentração das Operações de Crédito
Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	59.277	8,52	50.077	7,44
50 seg. maiores devedores	163.754	23,54	152.694	22,68
100 seg. maiores devedores	176.535	25,38	177.439	26,36
Demais devedores	295.929	42,56	293.027	43,53
Total	**695.495**	**100**	**673.237**	**100**

b.2 Concentração das Operações de Outros Créditos: Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	33.463	83,96	23.802	95,90
Demais devedores	6.395	16,04	1.018	4,1
Total	**39.858**	**100**	**24.820**	**100**

b.3 Concentração das Operações de Outros Créditos: Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	92.740	12,61	73.879	10,58
50 seg. maiores devedores	163.754	22,27	152.694	21,87
100 seg. maiores devedores	176.535	24,01	177.439	25,42
Demais devedores	302.324	41,11	294.045	42,12
Total	**735.353**	**100**	**698.057**	**100**

CONTINUA >>>

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações dos resultados abrangentes, relativas ao semestre e exercício findos nessa data. **Ações Sociais:** O Banco Moneo S.A. colabora mensalmente com a Lei de Incentivo à Cultura do Município de Caxias do Sul através de doação de parte do ISSQN devido. Contribui também com a Fundação Marcopolo entidade que possui como missão potencializar ações sustentáveis de educação, desenvolvimento social e qualidade de vida das comunidades onde se faz presente. **Principais fatos administrativos: Desempenho:** O Banco Moneo S.A. gerou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 105.874 mil de Receitas de Intermediação Financeira e encerrou o exercício com resultado líquido de R$ 19.138 mil, 73% superior ao do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foi de R$ 11.034 mil. **Operações de Crédito e Outros Créditos**: a carteira de crédito atingiu ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 735.353 mil dos quais R$ 695.494 mil referem-se a operações de crédito e R$ 39.859 mil a outros créditos. **Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos:** O Estatuto Social do Banco Moneo prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos, após efetuadas as deduções legais e a constituição de reservas legais, sendo o saldo remanescente podendo ser 100% destinado a Reserva de Lucros - Estatutária.

Caxias do Sul, 28 de fevereiro de 2023. A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações dos Resultados
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rec. da Interm. Financ.		57.750	105.874	97.832
Operações de crédito		54.451	100.743	96.369
Res. de oper. com títulos e valores mobiliários		3.299	5.131	1.463
Desp. da Interm. Financ.		(30.022)	(53.936)	(54.364)
Oper. de capt. no mercado		(2.463)	(4.707)	(2.155)
Oper. de emprést. e repasses		(23.160)	(44.533)	(39.050)
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de créd.	5.f	(4.399)	(4.696)	(13.159)
Resultado Bruto da Interm. Financeira		27.728	51.938	43.468
Outras Rec. (Desp.) Oper.		(11.448)	(21.831)	(19.096)
Rendas de tarifas banc.		618	1.030	882
Despesas de pessoal		(6.285)	(11.756)	(10.634)
Outras desp. administrat.	15	(3.321)	(6.345)	(5.555)
Despesas tributárias	16	(1.394)	(2.585)	(2.261)
Outras rec. (desp.) oper.	17	(1.066)	(2.175)	(1.528)
Resultado Operacional		16.280	30.107	24.372
Outras rec./despesas	18	2.689	4.065	(2.789)
Resultado antes da Tribut. sobre o Lucro		18.969	34.172	21.583
Imposto de Renda e CS		(8.341)	(15.034)	(10.549)
Corrente	14.a	(1.823)	(8.831)	(11.832)
Diferido	14.a	(6.518)	(6.203)	1.283
Lucro Líq. do Semestre		**10.628**	**19.138**	**11.034**
Lucro Líq. do Semestre/ Exercício P/ Ação - R$		**0,071**	**0,128**	**0,074**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do Sem./Exerc.	10.628	19.138	11.034
Outros resultados abrangentes	–	–	
Result. Abrang. do Sem./Exerc.	10.628	19.138	11.034

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CS		18.970	34.172	21.583
Mov. q/ n/ afet. o fluxo de caixa		3.323	3.554	18.081
Deprec. e amortizações		228	372	249
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de créd.	5.f	4.399	4.696	13.158
Prov. líq. dos bens n/ de uso	7	(11.760)	(11.815)	2.764
Res. Liq.das ved. dos bens não de uso	7	10.456	10.301	1.910
Var. de Ativos e Obrig.		(9.942)	(29.785)	(37.952)
(Aum.) Red. em oper. de créd.		(37.199)	(31.512)	45.295
(Aum.) Red. em outros créd.		(772)	(14.824)	(6.158)
(Aum.) Red. em outras obrig.		1.418	(6.980)	(5.400)
(Aum.) Red. Result. de exerc. fut.		–	(327)	(593)
(Aum.) red. em obrig. por rep.		36.024	38.268	(68.141)
(Aum.) red. em depósitos		(7.054)	(10.335)	(80)
IR e CS pagos		(2.359)	(4.075)	(2.875)
Caixa proven./ (aplic.) das operações		12.351	7.941	1.712
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos		5.332	7.890	(6.432)
Aquisição de imobilizado		(108)	(327)	(991)
Vendas de bens não de uso	7	7.154	16.551	9.815
(Ret.) de bens não de uso	7	(1.714)	(8.334)	(15.256)
Fluxos de caixa das atividades de financ.		–	(2.621)	(3.666)
Dividendos pagos		–	(2.621)	(3.666)
Aum./(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		17.683	13.210	(8.386)
Caixa e equiv. de caixa				
No inicio do sem./exerc.	4	38.823	43.296	51.682
No final do sem./exerc.	4	56.506	56.506	43.296
Aumento (redução) do caixa e equiv. de caixa		17.683	13.210	(8.386)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2023.02.27 18:30:29 -03'00'

Continuação >>> Banco Moneo S.A. CNPJ: 07.441.209/0001-30 NIRE 43 3 0004531-5 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Saldos em milhares de reais

c. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR VENCIMENTO

Vencimento	Emprést.	Títulos descont.	Comprar	Financiam.	Outros créditos c/ caract. de concessão de crédito	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos	2.091	510	–	4.474	865	7.940	7.933
A vencer							
Até 3 meses	19.587	13.118	6.461	57.411	24.684	121.261	97.326
De 3 a 12 meses	36.548	–	–	153.607	6.217	196.372	190.246
De 1 a 3 anos	40.819	–	–	261.257	5.439	307.515	320.398
Após 3 anos	2.880	–	–	96.731	2.654	102.265	82.154
Total da Carteira	**101.925**	**13.628**	**6.461**	**573.480**	**39.859**	**735.353**	**698.057**
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de créd.	(12.688)	(300)	(50)	(11.970)	(1.057)	(26.065)	(30.125)
Total Líquido	**89.237**	**13.328**	**6.411**	**561.510**	**38.802**	**709.288**	**667.932**

d. Composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectivas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN. **D. CARTEIRA E PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO SOBRE A CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS DISTRIBUÍDAS PELOS CORRESPONDENTES NÍVEIS DE RISCO**

		CARTEIRA			
Níveis de risco	**Perc. prov.**	**Oper. de créd.**	**Outros créditos**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
AA	0,00%	19.252	–	19.252	12.975
A	0,50%	114.202	21.115	135.317	110.708
B	1,00%	377.175	15.974	393.149	382.178
C	3,00%	132.279	146	132.425	124.538
D	10,00%	24.042	–	24.042	28.201
E	30,00%	9.053	2.624	11.677	21.889
F	50,00%	12.989	–	12.989	12.067
G	70,00%	1.865	–	1.865	3.712
H	100,00%	4.637	–	4.637	4.289
Total		**695.494**	**39.859**	**735.353**	**700.557**

		PROVISÃO			
Níveis de risco	**Perc. prov.**	**Oper. de créd.**	**Outros créditos**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
AA	0,00%	–	–	–	–
A	0,50%	528	106	634	540
B	1,00%	3.415	160	3.575	3.695
C	3,00%	3.559	4	3.563	3.675
D	10,00%	2.353	–	2.353	2.739
E	30,00%	2.716	787	3.503	6.567
F	50,00%	6.494	–	6.494	6.033
G	70,00%	1.306	–	1.306	2.598
H	100,00%	4.637	–	4.637	4.290
Total		**25.008**	**1.057**	**26.065**	**30.137**

E. COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(25.008)	(29.568)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.057)	(557)
Total	**(26.090)**	**(30.137)**
Circulante		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.307)	(13.819)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(677)	(272)
Total	**(12.984)**	**(14.091)**
Realizável a longo prazo		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.701)	(15.749)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(380)	(285)
Total	**(13.081)**	**(16.034)**
Total Geral de Provisões	**(26.065)**	**(30.125)**

F. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO E DE OUTROS CRÉDITOS

f.1 Oper. de Crédito	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(26.652)	(29.568)	(32.253)
Const. (líq. de rev.)	5.559	8.744	15.907
Baixas	(3.915)	(4.184)	(13.222)
SALDO FINAL	**(25.008)**	**(25.008)**	**(29.568)**

f.2 Outros Créditos	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(573)	(557)	(620)
Const. (líq. de rev.)	–	–	–
Baixas	(484)	(500)	63
SALDO FINAL	**(1.057)**	**(1.057)**	**(557)**

f.2 Total	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(27.225)	(30.125)	(32.873)
Const. (líq. de reversão)	5.559	8.744	15.907
Baixas	(4.399)	(4.684)	(13.159)
SALDO FINAL	**(26.065)**	**(26.065)**	**(30.125)**

G. RENEGOCIAÇÕES E RECUPERAÇÕES: Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R$ 41.676 (R$ 300.090 em 31 de dezembro de 2021), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R$ 8.744 (R$ 997 em 31 de dezembro de 2021) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R$ 3.550 (R$ 11.446 em 31 de dezembro de 2021). A carteira de renegociação com capital próprio em 31 de dezembro de 2022 totaliza R$ 53.223, e apresenta 21,80% (R$ 71.112 - 23,73% em dezembro de 2021) de provisionamento. **g.1** As renegociações englobadas pela circular SUP/ADIG Nº 12/2020-BNDES de 28.03.2020, tratadas como BNDES Renegociação Emergencial estão demonstradas abaixo:

Renegociações Emergencial	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Valor em carteira	100.770	212.037
% da carteira total	13,70%	30,38%
% da carteira com recursos do BNDES	19,94%	45,08%
% de provisionamento	2,84%	3,10%

6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento e antecipações salariais	450	403
Dep. jud. - Recursos cíveis/trabalhistas	204	452
Antec. IRPJ/CSLL não comp. no próprio exerc.	361	224
Convênios a receber (a)	1.650	1.301
Outros créditos	4	4
TOTAL - CIRCULANTE	**2.669**	**2.384**

a. Convênios a receber: Valores a receber de cobrança bancária de clientes a compensar em D + 1.

7. OUTROS VALORES E BENS:

a. Os saldos de Bens não de Uso Próprio são conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Im. rec. em dação de pag. (bens não de uso)	7.289	21.945
Prov. p/ perdas em im. reg. bens não de uso	(6.044)	(16.535)
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	6.410	10.273
Provisão para perdas em veículos registrados em bens não de uso	(5.449)	(6.774)
Total	**2.206**	**8.909**

b. A movimentação referente Bens Não de Uso Próprio é conforme segue:

	2º Sem. de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	6.342	8.909	8.142
Retomada no período	1.714	8.334	15.256
Valor de vendas no período	(7.154)	(16.551)	(9.815)
Const./(rev.) prov. bens n/ de uso	11.760	11.815	(2.764)
Res. líq. das vendas dos bens n/ de uso	(10.456)	(10.301)	(1.910)
Saldo Atual	**2.206**	**2.206**	**8.909**

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Os laudos dos imóveis foram atualizados ao final do ano de 2022 não sendo necessário realizar novas provisões.

8. DEPÓSITOS: Os depósitos estão assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Interfinanceiros	–	16.230
Depósitos a prazo	32.815	26.920
Total	**32.815**	**43.150**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Interfinanceiros	–	–	–	–
Depósito a prazo	1.274	3.482	28.059	32.815
Total	**1.274**	**3.482**	**28.059**	**32.815**

Os depósitos a prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros pré-fixada de 12,76% (11,29% em dezembro de 2021) com vencimentos até o ano de 2024 (2024 em 31 de dezembro de 2021); e pós-fixada de 14,31% (9,58% em 31 de dezembro de 2021) com vencimentos até o ano de 2026 (2026 em 31/12/2021).

9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS:

		31/12/2022			31/12/2021
PRODUTO	**Indexador**	**Taxa Anual**	**Prazo Final**	**Valor**	
FINAME	**PRÉ**		Até 1 ano	142.380	107.457
			Entre 1 e 3 anos	196.810	170.320
			Acima de 3 anos	82.653	44.924
	PRÉ Total	**10,83%**		**421.843**	**322.701**
	PÓS IPCA		Até 1 ano	13.395	22.038
			Entre 1 e 3 anos	6.565	18.500
			Acima de 3 anos	1.357	1.278
	PÓS IPCA Total	**1,41%**		**21.317**	**41.816**
	PÓS Selic		Até 1 ano	9.714	8.449
			Entre 1 e 3 anos	15.078	12.314
			Acima de 3 anos	4.340	5.106
	PÓS Selic Total	**1,48%**		**29.132**	**25.869**
	PÓS TJLP		Até 1 ano	1.218	21.215
			Entre 1 e 3 anos	18	1.470
	PÓS TJLP Total	**1,94%**		**1.236**	**22.685**
FINAME Total				**473.528**	**413.071**
PROGEREN	PRÉ		Até 1 ano	14.365	19.310
			Entre 1 e 3 anos	14.335	27.826
			Acima de 3 anos	292	4.045
	PRÉ Total	**7,84%**		**28.992**	**51.181**
PROGEREN Total				**28.992**	**51.181**
Total Geral				**502.520**	**464.252**

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	181.072	178.469
Realizável a longo prazo	321.448	285.783
TOTAL	**502.520**	**464.252**

10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	2.395	4.342
Contribuição social	2.362	4.615
Impostos sobre folha de pagto	577	516
Impostos retidos 3º	12	13
ISSQN/PIS/COFINS	256	216
Total - Circulante	**5.602**	**9.702**

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões p/pagamentos a efetuar (a)	4.432	4.087
Prov. p/ av. e fian. de liq. duv. (nota 5.d)	25	12
Operações de crédito a liberar (b)	33	7
Rendas antecipadas (c)	959	–
Outras (d)	603	346
	6.052	4.452
Circulante	6.052	4.452
Exigível a longo prazo	–	–

a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R$ 4.432 (R$ 4.087 em 2021). **b)** As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de desembolso a clientes, no prazo médio de três dias. **c)** O valor de rendas antecipadas refere-se ao valor das rendas das operações de Interveniência recebido na contratação das operações a ser apropriado durante o prazo do contrato. **d)** O valor em "outras" refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada. **12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:** Em 31 de dezembro de 2022 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado no "Exigível a Longo Prazo". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos conting. - processos cíveis (a)	673	505
Passivos conting. - processos trab. (b)	1.068	1.035
	1.741	1.540

a. A movimentação de passivos contingentes cíveis é cfe. segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	506	402
Provisões cíveis no período	171	103
(-) Rev. de provisões cíveis no período	(4)	–
(-) Utilização	–	–
Saldo Final	**673**	**505**

b. A movimentação de passivos contingentes trabalhistas é Cfe. segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.035	1.440
Provisões cíveis no período	36	20
(-) Reversão de prov. cíveis no período	(3)	(425)
(-) Utilização	–	–
Saldo Final	1.068	1.035

a. Processos cíveis - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totaliza o montante de R$ 1.500 (R$ 316 em 31 de dezembro de 2021) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 8 ações em 2022 e 4 ações em 2021. **b. Processos trabalhistas -** trata-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos de empresa terceirizada contratada, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. O valor de contingências possíveis não provisionada totaliza o montante de R$ 60, referente reclamatória trabalhista composto por 1 ação em 2022. **13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social:** O capital social do Banco, subscrito e integralizado, é de R$ 150.000 (R$ 150.000 em 2021), e está representado por 150.000 (em 2021 total de 150.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 80.776 (R$ 67.140 em 2021) corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2022, foram pagos dividendos no montante de R$ 2.621 referente ao ano de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	19.138	11.034
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(957)	(552)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	18.181	10.482
Dividendos propostos	4.545	2.621

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do semestre e exercício:

	2º sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação	18.970	34.172	21.583
IR e CS às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(8.536)	(15.377)	(9.712)
Base de Cálculo CSLL Jul a Dez 25%	–	–	(631)
Base de Cálculo CSLL Ago a Dez 21%	(13)	(13)	–
Crédito Trib. Competência 2020	–	–	(145)
Crédito tributário a aproveitar de Ago a Dez/2022 alíq. 1%	(138)	–	–
CSLL pagto 21% e Crédito 20%	–	–	(238)
Adições perman. no imp. corrente	(223)	(320)	(243)
Benef. fisc. Vale cult., PAT e doações	340	335	396
Benef. fiscais Lei do Bem 2022	162	162	–
Benefícios fiscais Lançamentos extemporâneos 2021	155	155	–
Adicional 10% IRPJ	12	24	24
IR e CS no resultado	(8.241)	(15.034)	(10.549)
IRPJ corrente	(992)	(4.838)	(6.090)
CSLL corrente	(831)	(3.993)	(5.742)
IRPJ diferido	(3.502)	(3.446)	559
CSLL diferido	(3.016)	(2.757)	724
	(8.341)	(15.034)	(10.549)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5.e)	26.089	30.137
Créditos baixados para prejuízo	11.328	9.449
Provisão para contingências	1.741	1.541
Prov. p/ perdas em bens n/ de uso (nota 7)	11.494	23.309
Base de cálculo para Imposto de Renda	**50.652**	**64.436**
Base de cálculo para Contribuição Social	**50.652**	**64.436**
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	12.663	16.109
Imp. diferidos - Contrib. social 20% e 21%	10.131	12.887
Ativo fiscal diferido	**22.794**	**28.996**
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	22.794	28.996
Ativo fiscal diferido total	**22.794**	**28.996**

Movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	28.996	27.568
Crédito tributário líquido constituído	8.457	12.651
Crédito tributário líquido realizado	(14.659)	(11.223)
Saldo atual	**22.794**	**28.996**

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

PERÍODO	31/12/2022	31/12/2021
2022	–	14.035
2023	10.881	8.384
2024	5.989	6.515
2025	5.809	18
2026	115	31
2027	–	13
	22.794	**28.996**

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2022, calculado com base na taxa média de captação de 13,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R$ 19.869 (R$ 26.549 em 31 de dezembro de 2021 à taxa de 9,15% a.a.). e. Créditos tributários não registrados: O Banco não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	2º sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Desp. de proces. de dados	780	1.540	1.512
Desp. com localiz. e funcion.	198	356	330
Desp. de propag. e publicidade	103	154	104
Desp. de serv. do sist. financeiro	491	964	969
Desp. de serv. técnicos especial.	391	691	609
Despesas de viagem no país	560	1.127	723
Depreciações e amortizações	228	372	249
Custas jud. e cart.de bens retom.	159	551	424
Reg. de Contratos - DETRANS	136	268	229
Outras	275	322	406
TOTAL	**3.321**	**6.345**	**5.555**

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS:

	Alíquota	2º sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Programa de integr. social (PIS)	0,65%	190	352	306
Contrib. p/ o financ. da seg. social (COFINS)	4,00%	1.169	2.167	1.881
Imp. s/ serviços (ISS)	5,00%	31	51	44
Outras desp. tributárias		4	15	30
Total		**1.394**	**2.585**	**2.261**

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:

	2º sem. de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recuperacao de Encarg.e Desp.	330	800	440
Reversão provisões operac. com veículos apreendidos	4	4	–
Reversão provisões p/ conting. fiscais e trabalhistas	230	488	425
Atualização saldo conta garantida e diferença pagto libração	–	–	(3)
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(1.059)	(2.181)	(1.683)
Desp. com perdas ações jud.	–	(266)	(373)
IOF Emprést. e Financ. Interv.	(137)	(328)	(210)
Prov. p/ conting. fiscais e trab.	(435)	(692)	(124)
Total	**(1.067)**	**(2.175)**	**(1.528)**

18. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Prej.em Trans.c/Vlrs.e Bens	(10.510)	(10.566)	(1.941)
Desp. de Prov. Não Operac.	(3)	(475)	(6.679)
Outras Desp. Não Operac.	–	(1)	–
Despesas não operacionais (a)	**(10.513)**	**(11.042)**	**(8.620)**
Lucros em Trans.c/Vlrs.e Bens	54	266	31
Rendas de Alugueis	25	40	26
Rev. de Prov. Não Operacional	11.764	12.294	3.915
Outras Rendas Nao Operac. (Rendas Financ. BNDU) (b)	1.359	2.507	1.859
Receitas não operacionais	**13.202**	**15.107**	**5.831**
Total	**2.689**	**4.065**	**(2.789)**

a) As despesas não operacionais referem-se substancialmente a resultados negativos na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento) e a provisão para a desvalorização dos mesmos. b) Os valores de "Outras Rendas Operacionais", referem-se a apropriação da renda oriunda da carteira de vendas de Bens Não de Uso feita através de financiamentos registrados no grupo de Outros Créditos.

19. PARTES RELACIONADAS: Transações e saldos

	Ativos 31/12/2022	Ativos 31/12/2021	Passivos 31/12/2022	Passivos 31/12/2021	Receitas/Despesas 31/12/2022	Receitas/Despesas 31/12/2021
Ciferal Industria de Onibus Ltda						
Operações de cessão de duplicatas (a)	3.235	–	–	–	–	–
Marcopolo S/A						
Despesas administrativas (d)	–	–	–	–	(181)	(180)
Dividendos pagos (b)	–	–	–	–	(2.621)	3.666
Captação de recursos (c)	–	–	26.743	23.655	–	–
Operações de cessão de duplicatas (a)	7.845	–	–	–	–	–
Volare Veículos Ltda						
Operações de cessão de duplicatas (a)	4.047	–	–	–	–	–
San Marino Ônibus Ltda						
Operações de cessão de duplicatas (a)	–	7.198	–	–	–	–

(a) Foram efetuadas operações de Cessão de Duplicata tendo como saldo em aberto no encerramento do semestre os valores conforme tabela abaixo. (b) Os dividendos referentes ao exercício de 2021 foram pagos para a Controladora em 31 de março de 2022. Os dividendos referentes ao exercício de 2020 foram pagos para a Controladora em 30 de março de 2021. (c) Em 10 de janeiro de 2020, o Banco Moneo obteve junto à Marcopolo S.A. captação de recursos no montante de R$ 22.000, com juros de 105% do CDI, para financiar seu programa de expansão (aumento de carteira de operações de crédito). A captação vence em 10 de janeiro de 2025. (d) Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R$ 181 (R$ 180 em 31 de dezembro de 2021) no semestre para a Marcopolo S.A.

Remuneração do pessoal-chave da administração: Na Assembleia Geral Ordinária Anual de 06 de abril de 2022 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R$ 150 mil mensal.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração - pró-labore	1.138	962
Encargos sociais	256	216
Benefícios agregados	686	758
	2.080	**1.936**

Outras informações: O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2° grau. **20. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No exercício de 2022 foi despendido em contribuições o montante de R$ 120 (R$ 123 em 2021). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo S.A. apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do exercício, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo. Não existiram mudanças nas premissas e característica dos planos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em relação àqueles vigentes em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(3.847)	(3.953)
Valor justo dos ativos do plano	4.658	4.595
Rest. de limite de ativo de benef. definido	(811)	(642)
Ativo (Passivo) líquido calculado	–	–

A movimentação do passivo líquido atuarial está apresentada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo líquido no início do exercício	–	–
Ganho (perda) reconhecida	(19)	(21)
Despesas no ano	(6)	(11)
Contribuições reais da empresa no ano	25	32
Passivo líquido no final do exercício	–	–

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

Despesas	31/12/2022	31/12/2021
Custo de serviço corrente	8	12
Juros sobre a obrigação atuarial	339	306
Remun. dos efeitos reconhecim. em ORA	(341)	(307)
	6	**11**

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

a. Hipóteses econômicas

	Percentual Ao Ano 31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	9,9	8,88
Taxa de crescimento salarial	5,98	5,73
Inflação	3,5	3,25

(e) A taxa de desconto é composta de: inflação 3,50% a.a mais juros 5,98% a.a. para o ano de 2022 (inflação de 3,25% a.a. mais juros de 5,73% a.a. para o ano de 2021). O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial foi concluída em janeiro de 2023 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson. **21. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILÉIA):** Em 31 de dezembro de 2022, o Banco Moneo encontrava-se enquadrado dentro dos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor (Resolução CMN nº 4.958/2021). O Banco Moneo possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 13%, conforme detalhamento a seguir: (i) 8% - Correspondente ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido; (ii) 2,5% - Correspondente ao Adicional de Conservação de Capital; (iii) 2,5% - Correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital. O índice de Basiléia, em 31 de dezembro de 2022, foi apurado em 27,4%. **22. ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DO CAPITAL: FINALIDADE:** Buscando aderência às exigências estabelecidas por órgãos reguladores, assim como preocupado em manter a qualidade de seus ativos, objetivando crescimento sustentável e contribuindo para um sistema financeiro saudável e responsável, o Banco Moneo implementou a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Gerenciamento do Capital. **RISCOS:** O não cumprimento dos procedimentos pode inviabilizar a continuidade regular das atividades da Instituição, gerando perdas fi- CONTINUA >>>

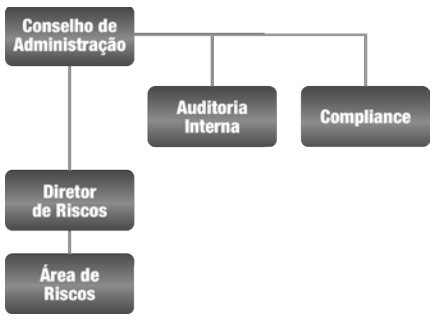
RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2023.02.27 18:31:49 -03'00'

Continuação >>>

Banco Moneo S.A. CNPJ: 07.441.209/0001-30 NIRE 43 3 0004531-5 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Saldos em milhares de reais

nanceiras e prejudicando a imagem do Banco perante os clientes e a comunidade. **RESPONSÁVEIS:** Todos os colaboradores. **DEFINIÇÕES/PREMISSAS: 1. Declaração de Apetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS):** O apetite a riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição enquanto a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. A Declaração de Apetite por Riscos sintetiza a cultura de risco do Banco Moneo e orienta os processos que norteiam o planejamento estratégico. Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração que, por meio de decisões colegiadas, definem demais objetivos expressos em metas e limites para as unidades de negócio. A instituição demonstra as atividades e controles que possui para mitigar os riscos aos quais está exposta, assim como apresenta o gerenciamento destes riscos informando a posição quanto à exposição. A Declaração de Apetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS) realça a existência de um rigoroso processo de responsabilidades nas funções operacionais, nos controles, assim como nas ações mitigatórias. É monitorada permanentemente pelos membros do Conselho de Administração assim como dissemina a cultura de riscos a toda instituição.



2. Gerenciamento de Riscos: Com a finalidade de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos, a Estrutura de Gerenciamento de Riscos possui como atribuições a identificação, avaliação e mitigação dos Riscos de Liquidez, de Crédito, Mercado, Operacional, Social, Ambiental e Climático. **2.1. Risco de Liquidez:** O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. O Gerenciamento do Risco de Liquidez tem por objetivo identificar, medir, acompanhar e monitorar a possibilidade de descasamento de fluxos de caixa, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. ATRIBUIÇÕES: · Aprovar as estratégias e planos para aprimorar o controle e gestão de riscos, assim como do plano de contingência. · Propor procedimentos e mecanismos destinados ao monitoramento e controle dos riscos. · Identificar os fatores de risco que possam impactar negativamente o fluxo de caixa e o monitoramento dos níveis diários de liquidez, assim como recomendar medidas ao Comitê de Controles Internos e Riscos, com vistas à manutenção de volumes financeiros compatíveis com o grau de risco das operações conduzidas pelo Banco. · Acompanhar diariamente o fluxo de caixa do Banco, considerando os horizontes de 30, 60 e 90 dias, disponibilizando informações para fins de monitoramento. **2.2. Risco de Crédito:** O Banco Moneo define Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O processo de gestão está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com o ciclo do crédito, permitindo a adequada identificação, mensuração, controle, mitigação e reporte dos riscos de crédito. ATRIBUIÇÕES: · Aprovar, implementar, acompanhar e monitorar a política corporativa de crédito e Gerenciamento do Risco de Crédito. · Avaliar a qualidade da carteira de crédito. · Analisar a inadimplência do Banco e tomar ações necessárias para recuperação de perdas esperadas e inesperadas. · Definir os níveis de alocação de capital para crédito de acordo com limites de exposição por cliente e operação assim como as metodologias para gestão da carteira. · Realizar os testes de estresse sobre a carteira de crédito de forma periódica e submeter o resultado para apreciação da alta administração. **2.3. Risco de Mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócio, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. ATRIBUIÇÕES: · Aprovar e monitorar as políticas e estratégias para gerenciamento do risco de mercado sobre posições detidas pelo Banco. · Validar as metodologias utilizadas, analisando o cenário político e econômico nacional e avaliar os descasamentos entre ativos e passivos, moedas e taxas de juros. · Avaliar e fornecer parecer sobre a matriz de riscos global, apoiando a definição dos níveis de risco de mercado aceitáveis · Reportar periodicamente, por meio de relatórios, os cálculos e o resultado da análise do risco de mercado por meio da metodologia VaR e atender às demandas do Banco Central do Brasil com relação ao cálculo e ao envio de informações pertinentes às posições prefixadas, bem como exigência de capital (EC). **2.4. Risco Operacional:** O Banco Moneo define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos. Atendendo determinações dos órgãos reguladores bem como visando aprimorar seus controles internos, a instituição desenvolveu procedimentos para gerenciar o Risco Operacional a qual está exposta. Este processo tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. ATRIBUIÇÕES: · Analisar e aprovar políticas, procedimentos e processos para monitorar o gerenciamento do risco operacional, assegurando estrutura funcional adequada às necessidades da instituição. · Avaliar os resultados dos relatórios de Gerenciamento do Risco Operacional recomendando ajustes e alterações na estrutura, caso necessário. · Estabelecer limites e controles do risco, reportando ao Comitê de Controles Internos e Riscos anualmente a análise dos riscos operacionais a qual a Instituição está exposta. · Disseminar a cultura de Gerenciamento do Risco Operacional, controlando os riscos e elaborando Planos de ação com objetivo de mitigar a exposição do Banco ao Risco Operacional. · Apurar possíveis falhas em processos e negócios, definindo políticas de conformidade e disseminando a cultura de gestão de riscos. **2.5. Risco Social, Ambiental e Climático:** A responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco Moneo está voltada a valorização e integração das dimensões: Social, Ambiental e Climática. Nesse sentido, a Instituição estabeleceu em sua Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática (PRSAC) as diretrizes que norteiam a Estrutura para Gerenciamento do Risco Social Ambiental e Climático (RSAC), que englobam práticas e procedimentos executados em todas as suas atividades, inclusive no tocante às partes interessadas. O Banco Moneo reconhece a existência de riscos Social, Ambiental e Climático, na condução de suas atividades e processos, de igual forma, os considera como um componente dos demais riscos gerenciados pela Instituição. Nesse sentido, a Instituição conta com sistemas, rotinas e procedimentos que visam identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos Social, Ambiental e Climático, proporcionalmente ao seu modelo e natureza de negócio, de acordo com a complexidade de de serviços e produtos oferecidos. A Área de Compliance é responsável por identificar e monitorar os eventos de riscos Social, Ambiental e Climático através das listas restritivas onde são detectadas ocorrências relacionadas a clientes e prestadores de serviços. Reforça ainda que, repudia quaisquer atos em que há exploração das pessoas por meio de condições de trabalho análogas a de escravidão ou trabalho infantil. ATRIBUIÇÕES: · Elaborar políticas que garantam a observação da legislação trabalhista, especialmente aquelas relativas à saúde, aos benefícios e a segurança ocupacional. · Realizar consultas em sites de busca informações desabonadoras dos clientes, sócios e coligadas. · Adota procedimentos internos que impedem determinadas Pessoas Físicas ou Jurídicas de efetuar operações com a Instituição; · Cumpre com o disposto no Código de Conduta das Empresas Marcopolo que aborda, entre outros assuntos, a relação com o meio ambiente, com a sociedade, fornecedores e clientes. · Mantém canais específicos para atendimento aos clientes (SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e Ouvidoria) · Dispõe do Contato Seguro, canal independente, online, exclusivo para fazer denúncias e tirar dúvidas garantindo total sigilo e imparcialidade. · Fomenta ações sociais sustentáveis, promovendo a educação, o desenvolvimento e a inclusão social; · Dissemina a cultura para a preservação do meio ambiente, através de ações corporativas internas. **2.6. Análise de Sensibilidade:** Em cumprimento ao art. 17 da Circular Bacen nº 3959/2019, o Banco Moneo realizou análise de sensibilidade sobre suas operações expostas aos riscos de crédito e mercado considerando os valores orçados para o 2º semestre de 2022, os quais foram aprovados pelo Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, prevendo impactos em seu resultado, através dos 3 cenários elencados abaixo. **Cenário 1 Otimista:** considerando uma melhora de produção de 10%, elevação da qualidade de crédito em 10% (PCLD menor), redução nas taxas de captação em 10%; **Cenário 2 Pessimista I:** considerando uma piora de produção de 10%, piora na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 10%; **Cenário 3 Pessimista II:** considerando uma piora de produção de 20%, piora na qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 20%.

	Efeito Bruto no Resultado			Efeito Líquido no Resultado		
	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II
Produção	10.292	(10.292)	(20.584)	5.661	(5.661)	(11.321)
Qualidade do Crédito - PCLD	561	(561)	(1.122)	309	(309)	(617)
Captações	5.080	(5.080)	(10.159)	2.794	(2.794)	(5.587)

3. Gerenciamento de Capital: O processo de gerenciamento de capital baseia-se no monitoramento contínuo do capital mantido no Banco, alinhado aos seus objetivos estratégicos e ao planejamento de metas. Objetiva, de forma abrangente, a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais o Banco está exposto, utilizando-se de testes de estresse e simulações de condições adversas de mercado, de maneira a antecipar as necessidades de capital segundo os cenários projetados. O Banco Moneo elabora relatórios gerenciais que são apresentados aos executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões. Dessa forma é garantido que a instituição conserve níveis adequados de capital para suportar a operação. Projeta ainda informações sobre adequação de capital em situações normais e de estresse. ATRIBUIÇÕES: · Elaborar políticas e procedimentos de gerenciamento de capital, assim como instrumentos utilizados para gestão, consoante às definições do Conselho de Administração. · Propor mecanismos destinados a manter o capital em nível compatível com os riscos que o Banco esta exposto. · Recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das atividades de controle, especialmente as que dizem respeito à manutenção de capital em nível adequado. · Verificar, de forma periódica, a aderência do plano de capital aos fatores de risco e realizar simulações de cenários encaminhando os resultados à Alta Administração. **23. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS:** O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. **24. SEGUROS:** O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas do Banco Moneo S.A.
Caxias do Sul/ RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de fevereiro de 2022, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração , somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2023.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Antonio Valiati - Conselheiro
Paulo Cezar da Silva Nunes - Conselheiro

Diretoria

José Antonio Valiati - Diretor administrativo financeiro e riscos
Rodrigo Tolotti - Diretor de crédito e cobrança
Eraldo Paim de Araújo - Diretor comercial

Contadora

Claudia Spiller CRC/RS 80.406/O-4

PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2023.02.27 18:32:15 -03'00'